



8704.31.30 Ex 01	5
8704.31.90 Ex 01	5
8704.32.10	5
8704.32.20	5
8704.32.30	5
8704.32.90	5
8704.90.00	5
8716.31.00	5
8716.39.00	5
8716.40.00	5

DECRETO Nº 7.061, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001,

D E C R E T A :

Art. 1ª As empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas ou complexos de exibição pública comercial estão obrigadas a exibir, no ano de 2010, obras cinematográficas brasileiras de longa metragem, no âmbito de sua programação, observado o número mínimo de dias e a diversidade dos títulos fixados em tabela constante do Anexo a este Decreto.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de que trata o **caput** abrange salas, geminadas ou não, pertencentes à mesma empresa exibidora e que integrem espaços ou locais de exibição pública comercial localizados em um mesmo complexo, conforme definido por instrução normativa expedida pela Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

Art. 2ª Os requisitos e condições de validade para o cum-

primento da obrigatoriedade de que trata este Decreto, bem como sua forma de comprovação, serão disciplinados em instrução normativa estabelecida pela ANCINE.

Art. 3ª A ANCINE, visando promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica nacional e o aumento da produção, bem como da distribuição e da exibição das obras cinematográficas brasileiras, regulará as atividades de fomento e proteção à indústria cinematográfica nacional, podendo dispor sobre o período de permanência dos títulos brasileiros em exibição em cada complexo em função dos resultados obtidos.

Art. 4ª Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
João Luiz da Silva Ferreira

ANEXO

Qtde. de salas do complexo	Cota por Complexo	Número Mínimo de Títulos Diferentes
1	28	2
2	70	2
3	126	3
4	196	4
5	280	5
6	378	6
7	441	7
8	448	8

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 533, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA FAZENDA, Interino, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto nº 6.752, de 2009, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

NELSON MACHADO

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009)

R\$ mil			
ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)	Obrigatórias	Total
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12.000	0	12.000
33000 Ministério da Previdência Social	51.000	0	51.000
42000 Ministério da Cultura	10.000	0	10.000
44000 Ministério do Meio Ambiente	5.000	0	5.000
52000 Ministério da Defesa	64.000	10.775	74.775
53000 Ministério da Integração Nacional	6.000	0	6.000
56000 Ministério das Cidades	61.000	0	61.000
TOTAL	209.000	10.775	219.775

(*) Inclui Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

PORTARIA Nº 531, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009)

R\$ mil			
ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais	Obrigatórias	Total
25000 Ministério da Fazenda	9.000	0	9.000
71000 Encargos Financeiros da União	146.427	0	146.427
TOTAL	155.427	0	155.427

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 10002009123000012

9	468	9
10	490	10
11	506	11
12	516	11
13	533	11
14	546	11
15	570	11
16	592	11
17	612	11
18	630	11
19	637	11
20	644	11
Mais de 20 salas	644 +7 dias por sala adicional do complexo	11

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 1.127, de 15 de dezembro de 2009. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 479, de 30 de dezembro de 2009.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009)

R\$ mil			
ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais	Obrigatórias	Total
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	146.427	0	146.427
74000 Operações Oficiais de Crédito	9.000	0	9.000
TOTAL	155.427	0	155.427

PORTARIA Nº 532, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal e conforme o disposto no art 6º do Decreto nº 6.863, de 28 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Estabelecer para o Ministério da Educação - MEC, a título de antecipação do valor máximo a ser despendido no 1º semestre de 2010, no âmbito dos Hospitais Universitários vinculados àquele Ministério, com o Adicional de Plantão Hospitalar - APH, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, o montante de R\$ 9.333.333,00 (nove milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais).

§ 1º Do valor estabelecido no caput deverão ser deduzidas as despesas com o pagamento do adicional pela prestação de serviço extraordinário de que trata o inciso V do art. 61 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, realizadas no âmbito dos Hospitais Universitários vinculados ao Ministério da Educação no período em que for despendido o recurso disponibilizado.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá quantitativos máximos de plantões e de horas de prestação de serviço extraordinário por unidade hospitalar sob sua supervisão, compatíveis com o valor máximo fixado no caput.

Art. 2º A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão acompanhará o cumprimento pelo Ministério da Educação do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

Seção 2

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Exposição de Motivos

Nº 21, de 29 de dezembro de 2009. Alteração das férias do Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, objeto do despacho publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2009, Seção 2, para fazer constar que a utilização se dará no período de 4 a 18 de janeiro de 2010. Autorizo. Em 30 de dezembro de 2009.

SECRETARIA-GERAL

Exposição de Motivos

Nº 17, de 29 de dezembro de 2009. Alteração das férias do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, objeto do despacho publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2009, Seção 2, para 31 de dezembro de 2009 a 11 de janeiro de 2010, referentes aos exercícios de 2008 (oito dias) e 2009 (quatro dias). Autorizo. Em 30 de dezembro de 2009.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.